

CONSTRUÇÃO INVESTIU R\$ 19,3 BILHÕES A MENOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018 EM RELAÇÃO A 2014

Foram R\$ 164,8 bilhões em 2014 contra R\$ 145 bilhões, com o país tendo menos obras de todos os portes

Estudo realizado pela Inteligência Empresarial da Construção, divulgado recentemente pelo jornal DCI, compara o cenário otimista vivido pelo setor em 2014 com o que estamos mergulhados em 2018, com uma queda vertiginosa de investimentos nas obras, seja nos setores comercial, industrial ou residencial.

DIMINUIÇÃO - Enquanto no primeiro semestre de 2014, o setor recebeu aportes de US\$ 42,6 bilhões (R\$ 164,8 bilhões, com o câmbio em R\$ 3,8657), em 2018, no mesmo período, os aportes foram de US\$ 37,6 bilhões (R\$ 145,5 bilhões), uma expressiva queda de R\$ 19,3 bilhões, equivalente a 13,3%.

RESIDENCIAL - Conforme o estudo, a maior baixa nos investimentos se deu no segmento residencial, que em 2014 havia recebido aportes de US\$ 3,06 bilhões (R\$ 11,82 bilhões), e aplicou US\$ 1,28 bilhão (R\$ 4,94 bilhões) este ano, uma queda na casa dos 60% em quatro anos. Entre janeiro e junho foram feitas 2,9 mil obras residenciais, 25,3% menos que no mesmo período de 2014 (3,9 mil). Quando analisado o segmento comercial (que inclui obras para aviação, turismo, viária, hídrica e outras) a queda entre 2014 e 2018 foi de 5,1%, somando neste ano US\$ 24,42 bilhões (em 2014 foram US\$ 25,76 bilhões). Em reais, o valor aplicado em 2018 gira em torno dos R\$ 94,33 bilhões.

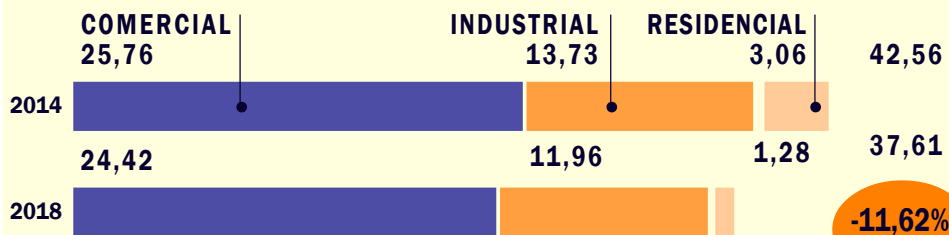
INDUSTRIAL - Outro segmento que enfrentou uma forte retração foi o industrial – que reúne também obras de saneamento, energia e petróleo. Segundo o estudo, em 2018, o país recebeu US\$ 11,96 bilhões no segmento (o que equivale a R\$ 46,20 bilhões), contra US\$ 13,73.

“Frente a um calendário de atrasos em obras públicas, postergação de investimento das empresas e baixa confiança

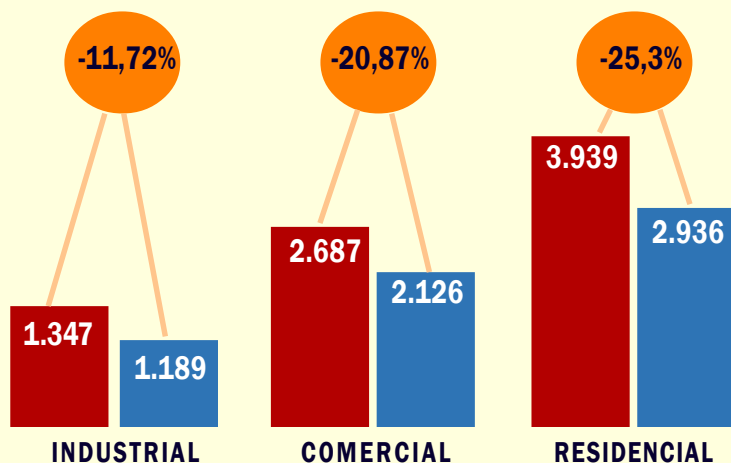
MUNDOS DIFERENTES

Comparação do mercado da construção civil em 2014 e 2018

Aportes por segmento Em bilhões de US\$



Número de obras Em unidades ● 2014 ● 2018



Fonte: Inteligência Empresarial da Construção

do consumidor para dívidas de longo prazo, os investimentos no setor devem ficar represados também no segundo semestre deste ano”, avalia a reportagem.

COMERCIAL - Ainda de acordo com o levantamento, entre os setores analisados, o menor tombo se deu entre as obras voltadas para o segmento comercial. Totalizando investimentos de US\$ 24,4 bilhões, o destaque no período foram os recursos destinados para obras viárias. Ao todo foram colocados no setor US\$ 17,81 bilhões (o equivalente a R\$ 68,8 bilhões).

PRECISAMOS ELEGER UM GOVERNO QUE INJETE RECURSOS NO SETOR, ESSENCIAL PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

“Mais do que nunca é necessário levar à base, aos canteiros de obras, o debate sobre o nosso projeto nacional de desenvolvimento, de multiplicar os investimentos governamentais no setor da construção, essencial para a retomada do crescimento econômico. Também precisamos lutar pela redução dos juros, pela ampliação do crédito e do prazo de financiamento, e isso passa pela campanha Lula livre, pela eleição de um presidente que enfrente a gravidade da crise para retomar a geração de emprego e renda”, afirmou o presidente da Conticom/CUT, Claudio da Silva Gomes.

INVESTIMENTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL CAÍRAM 11,5% EM MAIO, APONTA IPEA

O indicador mensal dos investimentos no PIB (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que houve uma queda de 11,3% nos investimentos em maio de 2018, na comparação com abril. Os dados apresentados pelo instituto levam em consideração as variações típicas para o período do ano - o ajuste sazonal.

LADEIRA ABAIXO - Na comparação com maio do ano passado, os investimentos encolheram 4,5%. No trimestre encerrado em maio, os investimentos recuaram 1,2% em comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

O indicador de construção civil recuou 11,5% em relação a abril e encerrou o trimestre até maio com retração de 3,6%, em comparação ao mesmo período de 2017.

SINDICATOS DO RIO DE JANEIRO QUEREM PAUTA ÚNICA DE NEGOCIAÇÃO PARA CONVENÇÕES COLETIVAS

Dirigentes articulam ampla campanha no Estado

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Construção Pesada e Montagem Industrial de Volta Redonda e região participou dia 11, de uma reunião com presidentes e diretores de sindicatos do estado do Rio de Janeiro, na sede do Sindicato dos Trabalhadores de Montagem e Manutenção Industrial de Itaboraí. O objetivo do encontro foi tirar um encaminhamento contra as perdas de direitos que estão dificultando as campanhas salariais e o fechamento de convenções coletivas no estado.

UNIÃO - A proposta dos sindicatos é criar uma pauta única, em todo o estado, para ser negociada com os setores patronais da construção pesada e montagem industrial, que não retire cláusulas já conquistadas em convenções coletivas de trabalho anteriores. Criar data-base, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas únicos para toda a categoria do estado, além de promover ações contra a prática antissindical que vem sendo incentivada pelo patronato e que fragiliza os direitos dos trabalhadores.

PRESSÃO - "Estamos nos organizando para buscar o fortalecimento das negociações salariais, frente à nova realidade que está retirando vários direitos das categorias em todo estado, através da reforma trabalhista e outras mudanças feitas pelo governo nos últimos meses. Não podemos aceitar mais nenhum direito a menos", frisou Sebastião Paulo, presidente do sindicato.



Da esq. p/a dir.: Deajar Martins, diretor de Relações Ext. e Internas do Sind. dos Trab. da Const. Civil de Volta Redonda; Manoelzinho Vaz, pres. do Sind. dos Trab. da Const. Civil de São Gonçalo; Claudinho, pres. da Conticom; Sebastião Paulo, pres. do Sind. dos Trab. da Const. Civil de Volta Redonda; Josimar Campos - Mazinho, pres. do Sind. dos Trab. da Const. Civil de Caxias, licenciado; Paulo César Quintanilha, pres. do Sind. dos Trab. de Mont. e Manutenção Industrial de Itaboraí; Zeomar Tessaro, sec.-geral do Sind. dos Trab. da Const. Civil de Volta Redonda

PARANÁ: RENOVAÇÃO DA CONVENÇÃO DA CONSTRUÇÃO PESADA CONQUISTADA PELO SINTRAPAV TRAZ IMPORTANTES AVANÇOS

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada no Estado do Paraná (Sintrapav) impediu que o patronato jogasse todo o peso da crise sobre os ombros dos operários, defendeu a pauta da categoria e partiu para o ataque com a força da unidade e da mobilização dos canteiros de obra.

GANHO REAL - A proposta conquistada pelo Sintrapav nas negociações com o sindicato patronal (Sicepot) para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) traz o aumento de 3% nos salários e pisos da categoria, diante de uma inflação acumulada de 1,76% (INPC/IBGE - jun2017/maio2018) - o que re-

presenta um ganho real (acima da inflação) de 1,24%. O vale-refeição passará para R\$ 18,50 a partir de 1º de julho e foi incluída a função de bandeirinha motorizado no nível salarial 2.

AVANÇOS - O Sintrapav ainda conseguiu incluir na CCT medidas de proteção aos operários frente à reforma trabalhista de Temer, como, por exemplo, a obrigação da homologação das rescisões de contratos de trabalho acima de um ano junto ao Sindicato - para os sindicalizados-, o que reforça ainda mais a importância de ser sócio; e a adequação da cláusula sobre as horas in itinere para tratar do auxílio para locais de difícil acesso. Diante da



Raimundo Ribeiro Santos Filho (Bahia), pres. do Sintrapav-PR

nova legislação anti-trabalhador, que dispõe que os acordos e convenções coletivas prevalecem sobre a lei, é fundamental incluir tais pontos na CCT da Construção Pesada do Paraná. A maior conquista, no entanto, foi a manutenção de todos os direitos previstos na CCT anterior.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DENUNCIA GROSSEIRA ARMAÇÃO: QUEDA PROPOSITAL DAS AÇÕES TRABALHISTAS EM 45% SE DEVE AO TEMOR QUE FOI IMPOSTO À SOCIEDADE PELA REFORMA DE TEMER

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, denunciou, em audiência na Câmara dos Deputados, "o enfraquecimento da Justiça do Trabalho" causado pela reforma trabalhista do governo golpista.

O representante dos magistrados também condenou o entendimento de que o juiz deverá "privilegiar" os aspectos formais na apreciação da validade das convenções; "há uma diminuição proposital do papel da Justiça do Trabalho".

MENTIRA - Um exemplo utilizado foi a diminuição no número de novos processos trabalhistas em 45%, na comparação dos primeiros trimestres de 2018 a 2017. "Teríamos de supor que quase metade das demandas judiciais até então veiculadas era composta por aventuras jurídicas, o que é uma rematada mentira. Não chegam a 5% as improcedências totais, o que significa que, quando o trabalhador vai à Justiça do Trabalho, algum direito ele geralmente tem. A queda vertiginosa é artificial e se deve ao temor incutido no traba-

lhador, decorrente da associação do regime de sucumbência recíproca com uma gratuidade judiciária absolutamente esvaziada", explicou Feliciano.

CONSCIENTIZAÇÃO - Por ser preciso "desmistificar algumas mentiras", a Anamatra iniciou uma campanha de conscientização e valorização da Justiça do Trabalho, que destaca: "o direito e a Justiça do Trabalho atuam para assegurar ambiente concorrencial estável, punindo os que trapaceiam a partir da sonegação de direitos sociais".